Articulação Comunitária na Favela no Enfrentamento à Desigualdade Social[1]

Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier[2]
Laís Tiemi Saito[3]

Resumo

O artigo envolve as ciências humanas e sociais no contexto da globalização, desigualdade social, acesso às tecnologias de informação e comunicação na construção de conhecimento e libertação de opressões. A partir da observação com o movimento social Central Única das Favelas (CUFA), a análise pretendida é sobre as possibilidades de subversão das condições da população mais pobre na busca de compreender os caminhos já percorridos para garantir os direitos de quem vive em situação de vulnerabilidade social e as demandas para a criação de políticas públicas que impulsionem a melhora da qualidade de vida e perspectivas intergeracionais na periferia bauruense. Com a pesquisa em andamento, as metodologias envolvem a literatura, etnografia, entrevistas e netnografia para compreender os mecanismos de segregação territorial e cultural junto das possibilidades para transformação social local.

Palavras-chave

Tecnologia social; Comunicação comunitária; Segregação; Desigualdade; Favelas.

---

[1] Trabalho apresentado no Eixo Cidades e territórios: democracia, colaboração, convívio e resistências do XVI Simpósio Nacional da ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura. Universidade Federal de Santa Maria/RS, realizado nos dias 04 a 07 de dezembro de 2023.

[2] Professor no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, Bauru, juarez.xavier@unesp.br.

[3] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, Bauru. Graduada em comunicação social: relações públicas na Unesp, lais.tiemi@unesp.br.

Introdução

O processo de globalização colocou o cenário para o qual olhamos agora, conexões cibernéticas disponíveis massivamente por meio das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) e grande parte da população ainda desconectada delas por falta de acesso aos bens materiais necessários para isso. A desigualdade socioeconômica brasileira é evidenciada, sobretudo, pela diferença entre acesso a recursos tangíveis que ditam a qualidade de vida e condições de sobrevivência nos perímetros urbanos e rurais. Voltar o olhar para as favelas, com aglomerados de casas e densidade populacional, somada à baixa infraestrutura de serviços públicos, acontece na busca de direcionar as lentes que atentem à precariedade e violação de direitos sobre moradia, transporte, educação, saúde, segurança, alimentação, trabalho e lazer, aliada aos movimentos sociais que dialogam com a sociedade civil, setores públicos e entidades privadas, a fim de subverter as condições instauradas pelo modelo econômico no Brasil.

A globalização entendida pelo geógrafo Milton Santos (2018), ficou marcada pela fragmentação dos territórios e revoluções tecnológicas, o "ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista" (Santos, 2018, p.23), cujos elementos fundamentais para levar em conta são o estado das técnicas, liderada pelas técnicas da informação, que interliga as demais, e o estado da política, configurando o resultado das ações de governo e do mercado global. A introdução deste geógrafo em seu livro *Por uma outra globalização* abarca a explicação objetiva para compreender este mundo que torna-se confuso na sua percepção, dizendo que a globalização pode ser pensada como três mundos em um só, a globalização como nos fazem crer, uma fábula alicerçada na produção de imagens e do imaginário, a serviço do dinheiro e da monetarização da vida social e pessoal; a globalização como ela é, uma perversidade produzida que acaba impondo a pobreza, o desemprego, enfermidades e males como egoísmos, cinismos e corrupção; e

como ela pode ser, um campo de possibilidades para tornar este mundo mais humano, servindo a outros objetivos que considera a diversificação populacional, a valorização da cultura popular e produção de novos discursos que reconheçam as alternativas existentes para construir uma nova história.

Antes da pandemia causada pelo vírus da Covid-19, que chega ao Brasil em 2020, a desigualdade já era uma questão a ser evidenciada, sendo possível estudá-la a partir da Conferência de Washington ocorrida em 1989, que buscou orientar diretrizes econômicas para países emergentes, seguidas pela implementação das privatizações dos serviços estatais, abertura comercial e financeira e diminuição das políticas sociais (Merlo; Vaz, 2020, p.38), resultando em consequências na década de 90 como o aumento das desigualdades sociais, queda dos salários e aumento do endividamento público. Para O Campo (2006 apud. Merlo; Vaz, 2020, p.54), as assimetrias que marcaram na ordem global e geraram maior desigualdade de renda a partir de então, são definidas pela centralização de recursos dos países periféricos; a concentração do progresso técnico e distribuição lenta de inovação a estes países, a disparidade entre a mobilidade de capital e de mão de obra e o fato da condição dos trabalhadores pouco qualificados não ter acompanhado a mesma tendência da transição de capital mobilizada pela abertura comercial. No modo da divisão de classes,

> [o] país herdou do sistema colonial uma sociedade altamente estratificada do sistema colonial que ainda hoje persiste. Uma das formas como a população brasileira é organizada é através das classes sociais - A, B, C, D e E -, que se baseiam na renda familiar mensal. As classes altas são a A e a B, e os moradores das favelas estão nas classes E, D e C inferior. (Nemer, 2021, p.34-35)

Com a chegada da pandemia mundial do coronavírus, o problema da desigualdade no Brasil, já antes acirrada, torna-se agravada durante este período. O estudo com dados vindos da pesquisa realizada pela FGV é anunciado com o Novo Mapa da Pobreza,

representando a mudança de 2020 para 2021 na mostra do aumento de 42,11% do índice, correspondendo a 7,2 milhões de novos pobres no país, sendo 29,6% da população total do país com renda de até R$497 mensal, somando 62,9 milhões de brasileiros. O Estado de São Paulo voltou a elevar a porcentagem da classe mais pobre a partir de 2015, saindo de 11,09% e saltando até 2020 com 15,53% e para 2021, com 17,85%. O cenário socioeconômico de grande parte da população que está nas margens dos centros urbanos é visivelmente desigual e afeta principalmente as mulheres e população negra, já que "pobreza tem cor no Brasil" (Carneiro, 2011, p.57) a partir de "ampla reflexão acerca dos impactos da globalização e das políticas de ajuste econômico sobre as populações negras da região" (Carneiro, 2011, p.59).

Refletir sobre a desigualdade nas condições de sobrevivência vai além do acesso à saúde e moradia, que são questões básicas na ordem de direitos, como também pode-se ressaltar sobre o acesso à educação e à informação. O período da pandemia, que transcorreu três anos e três meses, de fevereiro de 2020 a maio de 2023, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou o comunicado marcando o "fim da pandemia", entre aspas pois ainda houveram casos, mas foi declarado o fim do *status* de emergência global, conforme Silva (2023), foi marcado pela necessidade do isolamento social e com isso, durante 279 dias (Inep, 2022), as escolas e espaços educacionais necessitaram interromper suas atividades presenciais, iniciando as atividades remotas, por meio de aparelhos eletrônicos e conexão à internet, até a retomada oscilante das atividades presenciais.

Os dados da desigualdade do acesso à informação são mostrados nas pesquisas TIC Domicílios (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2023), sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas residências brasileiras, que mostram uma redução nas desigualdades em acesso à internet, passando para 90% em 2020, mas com patamares extremamente desiguais entre classes na obtenção de equipamentos necessários para a performance da conectividade, como exemplo de acesso a computadores em 100%

das residências de classe A, enquanto presente em apenas 13% das classes D e E (Nitahara, 2021). O dispositivo usado diferencia sobre a conexão de banga larga requerida e planos contratados das operadoras, alterando a velocidade de conexão pelo poder de processamento de dados, incluindo também "a capacidade de executar tarefas e aplicativos mais complexos" (Rocillo, 2023, p.122). Isto fica marcado como consequência da desigualdade, que também pode ser chamada de desigualdade de informação (Barros, 2016), bem como também marca o prosseguimento dos anos seguintes vividos e as demandas que permanecem em voga para a equanimização das condições de acesso a redes de *wi-fi*, equipamentos tecnológicos e o saber para utilizar os programas e mecanismos digitais.

As formas de comunicação mediadas pelas tecnologias têm sido intermediárias inevitáveis nos relacionamentos interpessoais e culturais dos atores sociais no século XXI. Enfatizar o acesso às tecnologias e à informação é tratar sobre o conhecimento para a autonomia, em meio à diversidade cultural presente no ambiente virtual, permeado pela cultura cibernética, dados, hipertextos que integram textos, áudios, vídeos, imagens, gráficos e todas as possibilidades criativas em transformar estes materiais compartilhados simultaneamente. Inseridas no cotidiano, "a cibernética de hoje se tornou o *modus operandi* de máquinas que vão desde os smartphones até os robôs e a tecnologia espacial." (Hui, 2020, p.66). Em meio à quantidade abundante de informações disponíveis *online*, percebe-se o quanto a necessidade da educação midiática torna-se latente, para a capacitação das leituras multimidiáticas, produções com perspectivas de gerar renda, aprendizados de técnicas e participação entre as mediações interculturais cidadãs, que podem resultar em transformação social no engajamento para políticas públicas locais.

O acesso à informação e a investigação sobre a tecnodiversidade em uma experiência particular e coletiva, para Yuk Hui, pretende rearticular a questão da tecnologia, levantando a necessidade de "redescobrir uma multiplicidade de cosmotécnicas" e sugerindo uma "ecologia política das máquinas" a fim de "conceber uma multiplicidade

de técnicas caracterizada por diferentes dinâmicas entre o cósmico, a moral e o técnico" (Hui, 2020, p.65). Em hipótese, Hui (2020, p.82) confere que em essência, a tecnodiversidade é uma questão de localidade, em prol da multiplicidade que pode inventar os seus próprios pensamentos e futuros tecnológicos, adquirindo novos sentidos que vão além de uma estética funcional, a ser descoberta em meio à diversidade cosmotécnica, pensada "de modo a rearticular o conceito de técnica por meio de seu reposicionamento nos limites do ambiente, da cultura e do pensamento geográfico" (Hui, 2020, p.85).

Neste contexto, frente à desigualdade socioeconômica e tecnológica brasileira, existem organizações vindas de movimentos sociais como a CUFA (Central Única das Favelas), identificada como uma OSCIP (Organização Social de Interesse Público), que tem feito trabalhos significativos no suporte para a população que mora em comunidades periféricas e se encontra em situação de vulnerabilidade social. Esta organização é composta por agentes que têm levantado oportunidades para promover a cultura, lazer, educação e parcerias com instituições públicas e privadas para doações e para o fortalecimento de políticas que promovam justiça social para as pessoas que moram nas favelas, cujas condições são de precariedade na qualidade de vida, de alimentação, recursos básicos como acesso aos serviços do fornecimento de água e saneamento, transporte público e acesso à internet. Nesse quadro borbulham necessidades de ações que possam transformar estes lugares com adultos, jovens, crianças e idosos que são marginalizados e muitas vezes, desconectados das oportunidades de melhorias no modo de viver e de qualificação para o trabalho, ascensão de renda e classe social.

Para compreender os mecanismos de segregação no território periférico, as tecnologias e mídias que permeiam a comunicação social popular, unida às perspectivas de transformação social, cultural e econômica, baseia-se a metodologia desta pesquisa no que se refere Lopes (2003), partindo do princípio da adequação epistemológica do estudo em comunicação, para seguir à teoria, prática e triangulação dos dados para generalizar o

que foi colhido. O estudo tem como base, a perspectiva interseccional, que dá ênfase às questões étnico-raciais, de gênero, de classe, orientação sexual, capacidades, faixa etária, nacionalidade e etnia (Collins, p.16, 2020) com referência na descrição densa trazida pelo etnógrafo Clifford Geertz (1973, p.15), identificando a pesquisa antropológica como uma atividade mais observadora para uma teoria interpretativa da cultura.

As maneiras de compreender os mecanismos de segregação refletidos na contemporaneidade e o que tem surgido como tecnologia social no enfrentamento à desigualdade, transformando positivamente as pessoas e os espaços de atuação nesta pesquisa, acontece por meio da revisão bibliográfica, etnografia crítica, netnografia e entrevistas semi-estruturadas. A pesquisa está em fase preliminar e estão sendo coletadas as observações e entrevistas, mediante a aprovação do comitê de ética. Para atingir os objetivos, o cronograma prevê a observação etnográfica, netnográfica e entrevistas com agentes da CUFA, o movimento social e a organização da unidade de Heliópolis, em São Paulo e Diadema, na região metropolitana do ABCD paulista, em paralelo à interação com atores sociais na periferia da cidade de Bauru, com foco no bairro Bom Sucesso, conhecido como Ferradura Mirim.

Objetiva-se aproximar as perspectivas de uso dos dispositivos tecnológicos para fortalecer relações que possam gerar mecanismos legais a fim de orientar políticas públicas a partir de articulação em grupo e capacitação midiática e tecnológica. O uso comum dos aparelhos que tomaram conta do cotidiano são chamados de Tecnologia Mundana pelo David Nemer (2021, p.32) e aponta que este conceito “fornece uma abordagem para que se analise a forma como os oprimidos se apropriam crítica e conscientemente de suas tecnologias para se libertarem de tal opressão interseccional”.

Métodos e Materiais em Estudo com Movimento Social

Para entender os mecanismos de segregação territorial, volta-se para as abordagens interseccionais, que incluem principalmente as mulheres, mães negras no enfrentamento à

desigualdade social. Sueli Carneiro (ano, p.127) constata

> que a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração.

Ainda, referindo-se como campo central de pesquisa, as favelas e comunidades urbanas, em 2024, o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), retoma e assume esta nomenclatura como oficial, substituindo o termo antes utilizado de aglomerados subnormais, com a nova redação de definição sendo

> territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados (comércio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade. (...) Favelas e comunidades urbanas expressam a desigualdade socioespacial da urbanização brasileira. Retratam a incompletude - no limite, a precariedade - das políticas governamentais e investimentos privados de dotação de infraestrutura urbana, serviços públicos, equipamentos coletivos e proteção ambiental aos sítios onde se localizam, reproduzindo condições de vulnerabilidade. Estas se tornam agravadas com a insegurança jurídica da posse, que também compromete a garantia do direito à moradia e a proteção
>
> legal contra despejos forçados e remoções (IBGE, 2024).

Com relação aos moradores e moradoras nas favelas, em termos raciais e de gênero, 68,6% das pessoas são negras e prevalece a presença das mulheres negras, segundo estudo

nas favelas do Rio de Janeiro e São Paulo pela Ipea (Goes; Lunelli; Oliveira; Reis, 2021, p.16). Historicamente, pode-se comparar a existência das favelas, com o regime de *apartheid* ocorrido na África do Sul, um contexto de violência baseado nas noções da soberania e o estado de exceção que criou uma certa ideia de política, comunidade e sujeito, em uma condição repulsiva semelhante ao que significaram as colônias e o regime de escravidão, que ditou a transgressão dos limites morais pela destruição de corpos humanos e populações, explicado no conceito da necropolítica por Achile Mbembe (2003).

> A "ocupação colonial" em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto (Mbembe, 2003, p.135).

Compreender a formação do território, aspectos culturais, instrumentos e apropriações tecnológicas se dão de modo a refletir sobre alternativas para a cidadania, reconhecendo as condições nomeadas pela subcidadania como uma singularidade brasileira, conceituada por Jessé Souza, ao citar a sociedade periférica no Brasil, configurada no princípio da exclusão resultante de um longo processo histórico e aceita como um fato natural (Souza, 2018, p.237).

Como parte integrante da metodologia nesta pesquisa, em interpretações da cultura,

Geertz (1973) se refere à posição da ação humana no papel de observar, com base em estudos da antropologia para análises das práticas simbólicas nas ciências sociais, por meio de uma *descrição densa*, como descreve sendo "estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário" (Geertz, 1973, p.15), em suas palavras, buscando ver a cultura com uma ciência interpretativa, em busca dos seus possíveis significados. Sua interpretação é sobre o fluxo do discurso social, na necessidade de apreender as ações sociais associadas às ações simbólicas e então poder analisá-las com profundidade em consonância às revisões conceituais e com modos sistemáticos até rever as hipóteses formuladas e poder testá-las. Assim, nas abordagens interpretativas da cultura, Geertz (1973, p.36) realça a identificação dos significantes presumíveis antes do papel da observação, para enquadrar de forma inteligível e diagnosticar as peculiaridades teóricas. Estes significantes são justamente os atos simbólicos ou um conjunto deles cujo objetivo é a análise do discurso social. Os diagnósticos são um complemento da descrição densa e trata sobre o significado que as ações sociais têm para um grupo de atores sociais e o que o conhecimento sobre essa especificação demonstra da vida social como tal, mostrando o seu papel cultural na vida humana.

Por meio da etnografia, liga-se a teoria, com o repertório que forma um

> sistema de conceitos - "integração", "racionalização", "símbolo", "ideologia", "*ethos*", "revolução", "identidade", "metáfora", "estrutura", "ritual", "visão de mundo", "ator, "função", "sagrado" e, naturalmente, a própria "cultura" - se entrelaçam no corpo da etnografia de descrição minuciosa na esperança de tornar cientificamente eloqüentes as simples ocorrências (Geertz, 1973, p.38).

Na antropologia social e cultural, com a etnografia pretende-se compreender a organização social e da cultura em que a Central Única das Favelas está envolvida, preservando o olhar para os seus sistemas de conhecimento e sua difusão, suas linguagens e seus sistemas de produção artísticos, sociais, esportivos e comunitários. Na descrição da

antropologia pós-moderna ou crítica, o professor Xavier (2009, p.17) sintetiza que "a etnografia é uma representação polifônica – em várias direções – da polissemia cultural, instrumento da crítica cultural: a cultura não tem compreensões únicas, unilaterais, unívocas e lineares". Por isso, o esforço no estabelecimento de contatos comunicativos planejados acontece tanto com agentes articuladores do movimento social da CUFA, quanto com atores sociais preocupados com a situação de quem mora nas regiões vulneráveis da cidade de Bauru-SP.

O propósito com a netnografia é mapear os canais, tecnologias sociais, elementos dos discursos sociais nos formatos digitais na comunicação organizacional da CUFA, identificando as suas linguagens, para então analisar e descrevê-las. As entrevistas semi-estruturadas têm um roteiro pré-orientado para a escuta de falas que demonstrem as demandas sociais das pessoas envolvidas, as plataformas de usos comuns, mídias, processos e protocolos de ações expressivas de cunho comunitário.

Situando as pessoas ouvidas como cidadãs e cidadãos, intenciona-se ressaltar os seus pontos de vista sendo de quem vive a realidade observada, possui as suas experiências e saberes adquiridos. Com o decorrer da história em que continuamente há o exercício de poder e de controle sobre a população, ocorre um processo de alienação que fragmenta o conhecimento e afasta a essência do ser humano à sua existência (Santos, 2014, p.51). Milton Santos em sua obra *O Espaço do Cidadão*, posiciona que

> a alienação também pode ser desalienadora, quando o indivíduo, tornado passivo pelo modo de existência, encontra as maneiras de se tornar o que é fundamentalmente, isto é, um ser ativo (...) o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento. (Santos, 2014, p.73).

Neste viés, a importância da colaboração é fundamental, ao passo que favelas são sinônimos de comunidades "porque, como outras comunidades, os moradores cuidam uns dos outros, trabalham juntos para lidar com problemas compartilhados, e dividem um senso de pertencimento com seus vizinhos" (Nemer, 2021, p.38), levando aos gestos de

solidariedade comunitária (Nemer, 2021, p.37). Constatando a severidade da situação de precariedade legal, econômica e social, “precisamos teorizar formas de viver que tornem essas condições de incerteza contínua mais gerenciáveis para os futuros residentes urbanos” (Nemer, 2021, p.62).

O movimento da Central Única das Favelas atua em rede, presente nas 27 unidades federativas brasileiras, atuante nas áreas político, social, esportivo e cultural, sob os pilares de ação humanitária, arte e cultura, comunidade e segurança, direitos humanos, economia, empreendedorismo, esportes, família e saúde. Seus projetos principais são diversos, como a Taça das Favelas, uma competição de futebol com jovens moradores das favelas de todo o Brasil, a ação Mães da Favela, com arrecadações direcionadas às mulheres das favelas, principalmente durante o período da pandemia, com números de 5000 favelas atendidas, 641240 famílias atendidas, mais de 2 milhões de pessoas impactadas e mais de 8 toneladas de alimentos arrecadados (Mães da Favela, 2023). Somando mais de 20 anos de atuação, a organização tem um livro publicado de quando completou 10 anos em 2011 (Athayde, 2011) e segue acumulando em sua história, atividades com inspiração no Hip Hop como forma de expressão e programas como Cine CUFA, LIIBRA (Liga Internacional de Basquete de Rua), Festival de Rap Popular Brasileiro (RPB), BRADAN (Brasil Break Dance), TRACON (Traços de Conflito), eventos como seminário Hútuz, Dia da Favela, Viradão Esportivo, Ação Periferia, Núcleo Maria Maria, F4 - Rebelião Cultural, Núcleo LGBT e o projeto Mão na Cabeça, tendo em seu passado, um programa televisivo chamado Aglomerado, conforme foi mapeado e descrito pela Santiago (2011).

Ainda em meio à pandemia, sob as condições de isolamento social e das aulas escolares remotas, o movimento da CUFA realizou uma parceria com a empresa Alô Social e a TIM para a distribuição de chips com o projeto Mães da Favela On. Este programa teve duração de seis meses com direito ao uso do aplicativo WhatsApp, ligações para qualquer operadora, 1GB de internet por mês, 24 horas de internet controlada e disponibilização de conteúdos de educação, negócios e cultura, com curadoria da UNESCO (WikiFavelas, 2023).

Para financiar as ações, além de doações recebidas, 20 empresas compõem a Favela Holding, cujo objetivo é o desenvolvimento das favelas e de seus moradores. Continuamente, as diversas unidades da CUFA mobilizam arrecadações solidárias para estados de calamidade, os eventos que se perpetuam envolvem os campeonatos esportivos, ganham destaque nas mídias com o evento ExpoFavela (ExpoFavela Innovation, 2024) realizado em todo o território nacional, adquirindo a dimensão de receber 20 mil inscritos, 33 mil visitantes, 537 workshops e 500 expositores em 2023. O programa Mulheres de Favela busca capacitar o empreendedorismo feminino em territórios vulneráveis (Mulheres de Favela, 2023) e algumas unidades, como de Manaus, têm proporcionado abertura de inscrições gratuitas para cursos profissionalizantes, com foco na inclusão digital (Acrítica, 2023) e mesmo para programação na unidade do Ceará (Favela Edutech, 2024). Suas parcerias geraram frutos como o Museu das Favelas, um equipamento da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas de São Paulo que nasceu de um processo colaborativo (Museu das Favelas, 2024) e o Data Favela (Favela Holding, 2023), sendo o primeiro instituto focado em pesquisas sobre favelas brasileiras.

Contar com um movimento social que perdura, cresce e se espalha pelos territórios com atuações plurais e focadas na população que é excluída dos privilégios sociais, culturais e econômicos, provê alternativas nas expectativas de vida, até porque “o lazer humaniza o espaço urbano” (Rolnik, 2000).

A Necessidade com Tecnologias nas Periferias

Desde a chegada da internet no Brasil, apesar dos primeiros acessos terem sido em 1989, por uma rede acadêmica financiada pela FAPESP, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, com conexão via linha telefônica transmitida por um fio de cobre dentro de um cabo submarino, em ligação direta com o laboratório norte-americano de física de altas energias chamado Fermilab, a rede de transmissão via internet do Brasil com o exterior foi disponibilizada no ano de 1994, quando começou o

fornecimento do acesso comercial, mediada por roteadores, que fazem a transferência de pacotes eletrônicos (a forma de identificar os sinais eletrônicos de dados com informação na internet) e então serem transformados em mensagens digitais (Oliveira, 2011).

Falar em tecnologias, imediatamente a associação simbólica é feita com os aparelhos mediadores, como celulares, computadores e *hardwares*. Desse modo, Sodré (apud Soares, ano, p.106), vai afirmar que a configuração da realidade virtual "já é uma nova forma de consciência coletiva, com um modo específico de produzir efeitos" e de certo é um importante meio para trocas de informações, conhecimento e construção de sujeitos sociais. Este é o apelo ideal ao pensar na comunicação mediada pela internet para a existência social, mas a contraposição é o fato da lógica neoliberal incorporada pelas grandes empresas de tecnologia sobrepor os interesses mercadológicos acima da democratização do acesso, o que compõe a nova utopia global frente a transformação dos cidadãos digitais para a perpetuação de novos consumidores. No exame do mundo tecnológico atual, Morozov enfatiza sua crítica nesse contexto sobre o imperialismo norte-americano no Vale do Silício dizendo que

> fazem isso apesar dos crescentes indícios de que os sonhos utópicos, que estão por trás da concepção da internet como uma rede intrinsecamente democratizante, solapadora do poder e cosmopolita, há muito perderam seu apelo universal. A aldeia global jamais se materializou - em vez disso, acabamos em um domínio feudal, nitidamente partilhado entre as empresas de tecnologia e os serviços de inteligência (Morozov, 2018, p.15)

O mundo *online* proporciona tanto o saber e entretenimento, quanto alienação e desinformação, por isso educar para a mídia tem estado em pauta nas discussões e consulta pública para se tornar lei por meio da Política Nacional de Educação Digital, instituída pela Lei nº14.533/2023, "relacionadas ao acesso da população brasileira a recursos, ferramentas e práticas digitais, com prioridade para as populações mais vulneráveis" (Câmara dos Deputados, 2023), estruturada em eixos de inclusão digital, educação digital

escolar, capacitação e especialização digital e pesquisa e desenvolvimento em TICs.

Esse quesito pode ser inspirado na Escola Crítica de Comunicação, idealizada por Jailson de Souza, que se preocupa em

> consolidar um modelo contra-hegemônico em que capacite as populações excluídas da produção de mensagens a: primeiro interpretar as mensagens produzidas pela mídia, e em segundo lugar gerar suas próprias mensagens. (Soares, 2006, p.110)

De toda forma é imprescindível reconhecer a essência da comunicação que ocorre por meio da linguagem, sendo produtora de realidade e valorizar a transmissão oral de conhecimentos que ocorrem em processos educacionais, tendo em vista a "integração responsável na comunidade" (Soares, 2006, p.106). Conectar a ciência e a tecnologia com vista em transformar a realidade no sentido de reduzir a desigualdade requer "reconhecer a necessidade de pensá-la a partir de critérios como democracia, justiça social e desenvolvimento humano" (Passoni, 2007, p.8), partindo do pressuposto de participação, com estudo do território e mapeamento das necessidades e demandas. Para isso, o conceito de tecnologia social é fundamental.

Ressaltar tecnologias sociais está na importância de as considerar como procedimentos possibilitadores de transformar comunidades, pessoas e espaços, de acordo com suas demandas locais, junto ao significado das tecnologias mundanas, termo empenhado por acadêmicos interessados em compreender o papel da tecnologia nas vidas cotidianas, descrito como integradas ao uso diário e que David Nemer descreve também como um termo que engloba "o modo como as pessoas exercem agência e conscientização e se apropriam de tecnologias para se mobilizarem em direção à qualidade de vida que desejam." (Nemer, 2021, p.27). Complementa-se esse quesito, em uma perspectiva hacker-fanoniana (Deivison; Lippold, 2023), que significa de modo a ser disruptiva em relação aos parâmetros de uso das mídias digitais sujeitas aos interesses das *big techs*, as grandes corporações dominantes na distribuição de tecnologias da informação e da

comunicação. Este contexto é apontado para se pensar a preponderância do uso das tecnologias no cunho da emancipação, para a autonomia individual e protagonismo coletivo, já que citar as grandes corporações donas das principais redes sociais, mecanismos algorítmicos, de pesquisas, inteligência artificial e *softwares* de dados e *big data*, se refere a um corporativismo dotado de grande capital, que lucra com investidores em publicidade, compreendido pela lógica neoliberal explicada por Morozov (2018).

Algumas indicações levam à ênfase das políticas para educação midiática, também chamada literacias, no sentido da formação do conhecimento para a busca de informações, manuseio das tecnologias, trajetórias formativas, produção criativa, circulação de saberes e geração de renda. Revisar os conceitos em volta de comunidades locais e virtuais, estudar as tecnologias e as mídias resultantes das práticas críticas pode trazer a compreensão de exemplos sobre maneiras com uso ético e responsivo, que pode resultar no desenvolvimento local, ambiental e sociocultural.

Em referência, autores como Milton Santos (2018) e aspectos da globalização, Frantz Fanon (1965) e o viés da decolonização, Sueli Carneiro (2011) nas questões étnico-raciais, de gênero e classe, Maria Immacolata V. de Lopes (2003) para a pesquisa em comunicação, David Nemer (2021) sobre o mundano digital nas favelas, Yuk Hui (2020) contextualizando tecnodiversidade, cosmotécnicas e cosmopolítica, Paulo Freire (2016) sobre círculos de cultura e pedagogias para a autonomia e Kunsch (2007) com estudos da comunicação comunitária para transformações com perspectivas dialógicas, embasam a estrutura conceitual e científica na busca dessa compreensão da realidade sociocultural no século XXI e perspectivas de possibilidades para a equidade.

Considerações Finais

Os dados preliminares apontam que o protagonismo cidadão crítico é um fator necessário para responder à precariedade instalada e permanente nos bairros mais pobres das cidades. Os saberes ligados entre pessoas que antes eram desconhecidas, mas passaram a se

conectar em oportunidades criadas com o propósito de um diagnóstico local, podem ser pontes importantes para inovar em práticas cotidianas e indicações de soluções sistematizadas; ligados aos estudos acadêmicos, podem ser mapas conceituais que ampliam o conhecimento sobre as razões de suas realidades, com descobertas de direções possíveis para solucionar demandas emergenciais e de direitos.

O avanço de políticas públicas que garantam os direitos prometidos na Constituição brasileira é fundamental para dar resultados abrangentes para a população que mais necessita de apoio e impulso, como é para a classe mais pobre. Até as necessidades chegarem a uma proposta elaborada como projeto de lei ou variações legais, requer muita discussão, diálogo e conhecimento sobre dispositivos e instrumentos que fazem as propostas circularem e chegarem até quem as encaminha nos formatos oficiais públicos e institucionais.

Compreender as dinâmicas do presente requer rever as análises dos caminhos percorridos até chegar nessa determinada situação de segregação socioterritorial e desigualdade econômica. Ao identificar um problema, como a manutenção da pobreza, sem perspectivas ligeiras de ascensão das classes com renda baixa, direciona procurar entender as nuances que cercam estas realidades, com ciências sociais e geográfica, por exemplo. Ouvir os relatos das pessoas envolvidas no contexto, pressupõe elevar os saberes localizados nas circunstâncias de quem vive com os sinais da precariedade. Ligar o problema, os conceitos, ciências e saberes populares, vira uma maneira de poder chegar a possíveis soluções que sinalizem caminhos para o bem comum, em que o acesso às oportunidades de crescimento sejam facilitadas para crianças, jovens e adultos. Estes são os propósitos de conectar os pontos em uma análise de cenário com suas ameaças e necessidades, às oportunidades, com as capacidades e instrumentos disponíveis, a fim de promover planos estratégicos para causas socioculturais, que fortaleçam o sentido de colaboração a partir de diálogos e organização comunitária já existentes, que indiquem diretrizes para políticas públicas, acompanhem e concretizem estas que podem levar a novas práticas criativas, sustentáveis e solidárias em suas regiões de convivência cultural, com implicações políticas e econômicas.

A importância da organização coletiva e comunitária dialógica com uso de ferramentas digitais e formação continuada para o uso crítico e transformador das suas realidades frente à desigualdade social reforçada nos territórios periféricos é fundamental para criar oportunidades ausentes nos bairros urbanos. Têm-se usado o termo da soberania popular tecnológica (Morozov, 2018, p.25) para conceituar a importância das pessoas que estão nas classes subalternas obterem domínio sobre as técnicas e capacidades usando as tecnologias, ao poderem criar alternativas digitais, não mais apenas produzindo e reproduzindo os usos com as tecnologias fornecidas pelas empresas estrangeiras. Para isso, a pergunta e a resposta é dada pelo autor, se "é possível que os cidadãos reconquistem a soberania popular sobre a tecnologia? Sim, é possível - mas somente se antes conquistarmos a soberania sobre a economia e a política" (Morozov, 2018, p.25). Unir o conhecimento científico aos saberes populares pode ser uma maneira de fortalecer os caminhos para a legitimação das demandas urgentes para o convívio mais saudável na sociedade, que valoriza o bem estar social, sendo defendido em tese que

> [d]e fato, a soma de mobilização social com o conhecimento científico dá uma qualidade diferenciada ao processo de desenvolvimento, ampliando as possibilidades de se obter o apoio de governos comprometidos com a transformação dessas realidades e de se chegar ao êxito nos projetos. (Passoni, 2007)

Aprender o reparo como tecnologia mundana (Nemer, 2021, p.64) envolve a tecnodiversidade e soluções sociomateriais economicamente viáveis para fazer uma tecnologia funcionar e proporcionar alívio aos desconfortos materiais que se quebram, bem como possibilitar oportunidades de qualificação, trabalho e geração de renda por meio do acesso às plataformas de ensino gratuitas, emprego ou empreendimento. Abordar sobre o reparo pode ser visto tanto como um reparo de uma coisa que parou de funcionar, quanto o reparo estrutural, tomado pelas consequências da escravidão e da desigualdade, submetendo principalmente a população negra às condições inferiores de vida, com poucas chances de

ascensão social devido aos discursos de meritocracia.

Quando a valorização cultural se fortalece para a população negra, a autoestima também vira um motor para a luta pela garantia dos direitos que já existem e os que podem existir, a partir da articulação organizada com ação coletiva e institucional, como a da CUFA. O surgimento do Museu das Favelas é um exemplo de mostrar a poesia da favela e ressaltar a estética que tem o seu valor e merece ser olhada com a atenção que aponta a urgência de criar políticas e condições para a melhora da dignidade humana para as pessoas e famílias residentes nestes locais, ruas e casas.

> Para melhorar o espaço público há necessidade de uma política antiexclusão, o que significa organizar a heterogeneidade, não fugir dela. Significa organizar, defender e fomentar a convivência entre pessoas diferentes, diminuindo a segregação e as distâncias sociais, suprimindo os guetos, atuando com solidariedade, como uma coletividade que amplie, incentive e aumente a comunicação entre os projetos de vida pessoais e coletivos. (Rolnik, 2000, p.5)

Trabalhar com a aprendizagem comunitária intergeracional pode dar rumo ao sentido da citada soberania tecnológica popular, em que seja possível democratizar o acesso aos dispositivos tecnológicos e de informação, com conhecimento sobre as suas técnicas, linguagens multimidiáticas e apropriação dos mecanismos que viabilizam estratégias de reverter as condições de subalternidade com ações arranjadas, produtivas, locais, intensas e criativas. Incluir a diversidade política e tecnológica a partir de um entendimento plural da tecnologia é necessário para confrontar questões como racismo e desigualdade social.

Referências

Acrítica. Cufa-AM abre inscrições gratuitas para cursos profissionalizantes, com foco na inclusão digital. Disponível em: <www.acritica.com/educacao/cufa-am-abre-inscric-es-gratuitas-para-cursos-

profissionalizantes-com-foco-na-inclus-o-digital-1.329886>. Acesso em: 25/01/2024.

ATHAYDE, Celso. CUFA: Dez anos fazendo do nosso jeito. Issuu, 2011. Disponível em: www.issuu.com/cufa/docs/livro_cufa_10_anos_final-baixa. Acesso em: 25/01/2024.

BARROS, Marcelo N.G.V. de. Causalidade, Informação, Causalidade da Informação. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Física da UFMG. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AUQLHL/1/dissertacao_marcello_nery.pdf>. Acesso em 26/01/2024.

Câmara dos Deputados. Lei Nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2023/lei-14533-11-janeiro-2023-793686-publicacaooriginal-166856-pl.html>. Acesso em 26/01/2024.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2020.

DEIVISON, Faustino. Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana / Deivison Faustino; Walter Lippold. São Paulo: Boitempo, 2023.

ExpoFavela Innovation, 2024. Disponível em: <https://expofavela.com.br>. Acesso em 27/01/2024.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Lisboa: Editora Ulisseia, 1965.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

Favela Edutech, 2024. Disponível em: <www.favelaedutech.com.br>. Acesso em: 25/01/2024.

Favela Holding. Data Favela, 2023. Disponível em: <www.fholding.com.br/empresa.php?i=NA==>. Acesso em: 25/01/2024.

FGV. Mapa da nova pobreza. 2022. Disponível em: <www.cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>. Acesso em 19/12/2023.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

GOES, Fernanda L.; LUNELLI, I.C.; REIS, T.R.; OLIVEIRA, F.A.P.de. Atlas das periferias no Brasil: aspectos raciais de infraestrutura nos aglomerados subnormais. Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

IBGE. Favelas e Comunidades Urbanas. 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102062.pdf>. Acesso em 27/01/2024.

INEP. Pesquisa revela resposta educacional à pandemia em 2021. Disponível em: <www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/pesquisa-revela-resposta-educacional-a-pandemia-em-2021>. Acesso em 22/01/2024.

PASSONI, Irma R. Conhecimento e cidadania: tecnologia social e desenvolvimento participativo. Instituto de Tecnologia Social, 2007. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/19p7WMtjbvjw8KHVyt6CLAnmZQhMR8RXi/view> . Acesso em: 13/01/2024.

HUI, Yuk. Tecnodiversidade. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

KUNSCH, Margarida M. K. Sociedade civil, multicidadania e comunicação social. In: KUNSCH, M. e KUNSCH, W (Orgs.). Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. Pesquisa em comunicação. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MERLO, Edgard Monforte; VAZ Vinícius Rezende Carretoni. O consenso de Washington no Brasil - Estabilização conservadora e estagnação. Aurora, Marília, v.13, n.1, p. 37-58, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2020.v13n1.p37-58> Acesso em 20/01/2024

Mulheres de Favela. CUFA, 2023. Disponível em: <www.mulheresdefavela.cufa.org.br>. Acesso em: 25/01/2024.

Museu das Favelas. O Museu. 2024. Disponível em <www.museudasfavelas.org.br/o-museu>. Acesso em: 29/01/2024.

MOROZOV, Evgeny. Big Tech: a ascenção dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NEMER, David. Tecnologia do Oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

NITAHARA, Akemi. Estudo mostra que pandemia intensificou uso das tecnologias digitais. Agência Brasil, 2021. Disponível em: <www.agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-11/estudo-mostra-que-pandemia-intensificou-uso-das-tecnologias-digitais>. Acesso em 20/01/2024.

O CAMPO, José Antonio; PARRA, A. M. *Explaining the dual divergence: Sucessess and collapses in the developing world since 1980. Economic Growth with Equity: Challenges for Latin America*, 2006.

ROCILLO, Paloma. Conectividade precária à Internet no Brasil: notas para uma caracterização

baseada em dados. In: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023. Disponível em: <www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20230825143720/tic_domicilios_2022_livro_eletronico.pdf>. Acesso em 22/01/2024.

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC SP (Org.). Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC/ World Leisure, 2000.

OLIVEIRA, Marcos de. Os primórdios da internet. Revista FAPESP, ed. 180, fev. 2011. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/prim%C3%B3rdios-da-rede_>. Acesso em 27/01/2024.

SANTIAGO, Paula S. de B. CUFA (CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS) um agente político na renovação das desigualdades na sociedade de controle. In: Relatório de iniciação científica da PUC-SP, 2011.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 28ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2018.

SILVA, Fernando. O fim da pandemia?. Espaço do conhecimento UFMG, 2023. Disponível em: <www.ufmg.br/espacodoconhecimento/o-fim-da-pandemia/#:~:text=Cinco%20de%20maio%20de%20dois,global%2C%20em%20janeiro%20de%202020> Acesso em: 20/01/2024.

SOARES, Raquel P.A. A mídia como educadora coletiva: cidadania ou apatia? In: GOBBI, Maria Cristina; FERRARI, M.A.; MELO, J.M.de; NETO, E.dos S. (Org.). Educomídia, alavanca da cidadania: o legado utópico de Mario Kaplún. Cátedra UNESCO: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

Mães da Favela. CUFA, 2023. Disponível em: <www.cufa.org.br/maes-da-favela>. Acesso em: 25/01/2024.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20230825143720/tic_domicilios_2022_livro_eletronico.pdf>. Acesso em 22/01/2024.

WikiFavelas. Mães da Favela On (projeto). 2023. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php/M%C3%A3es_da_Favela_On_(projeto)>. Acesso em 27/01/2024.

XAVIER, Juarez T. de P. Teorias antropológicas. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.